Mãe Preta: do bronze ao discurso (1950-1980)

Black Mother: from bronze to speech (1950-1980)

Isabela Maria Lopes Peli[1]

Resumo
Este artigo pretende discutir o uso da figura da Mãe Preta nos discursos da Câmara Municipal de São Paulo, principalmente durante e após a promoção do Monumento à Mãe Preta instalado no Largo do Paissandu em janeiro de 1955, ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no centro da capital paulista. Nas falas, foi possível vislumbrar a defesa de uma postura contrária ao racismo por parte dos vereadores, além de uma referência afetiva com relação as amas de leite, num momento em que este símbolo estava sendo rediscutido por intelectuais e por parte da comunidade negra da cidade.

Palavras Chave: Mãe Preta; Câmara Municipal de São Paulo; Democracia Racial.

Abstract
This article aims to discuss the use of the figure of the Black Mother in the speeches of the City Council of São Paulo, especially during and after the promotion of the Monument to the Black Mother installed in Largo do Paissandu in January 1955, next to the Church of Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, in São Paulo's downtown. In the speeches, it was possible to glimpse the defense of a posture contrary to racism on the part of the councilmen, in addition to an affective reference to the wet nurses, at a time when this symbol was being rediscussed by intellectuals and by part of the black community of the city.

Keywords: Black Morhet; São Paulo City Council; Racial Democracy

1 isadora.peli@usp.br

Introdução

O Monumento à Mãe Preta, localizado no Largo do Paissandu, região central da cidade de São Paulo, foi criado pelo artista Júlio Guerra e inaugurado em 23 de janeiro de 1955, durante as festividades que encerraram as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, solenidade que integrou atividades culturais, como a dança, a música, o teatro, o cinema e as artes plásticas, além de eventos esportivos, educativos e de negócios (LOFEGO, 2004, p. 113). O monumento foi instalado ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que desde o século XVIII abriga diversas manifestações afro-brasileiras.

A escultura, em alusão às amas de leite do longo período escravista, foi feita em bronze. É constituída pela figura de uma mulher negra, sentada e que envolve um bebê em seus braços. Sobre seu suporte, construído em granito, vemos em uma de suas faces laterais a seguinte frase esculpida: "O Monumento à Mãe Preta é toda a evocação do carinho, do amor, devotamento, do sacrifício com que distribuía o leite do próprio filho com os filhos de outros". Na outra face lateral à um trecho da poesia Mãe Preta do autor Ciro Costa, que diz o seguinte:

Na escravidão do amor, a criar filhos alheios
Rasgou, qual pelicano, as maternais entranhas,
E deu à Pátria Livre, em holocausto, os seios

Na face frontal visualizamos a figura de uma casa, construída no estilo colonial, de onde saem linhas que lembram uma partitura com claves em diferentes posições. Tais linhas seguem para uma coluna, que lembra um pelourinho. Em sua face posterior temos grafado figuras de escravizados em diferentes atividades: carregando liteiras, amamentando e executando trabalhos manuais.

Foto da Autora. 2022

O monumento foi viabilizado pelo Projeto de Lei número 11-53 criado pelo vereador Elias Shammass, com o apoio do Clube 220. Exploramos nesse estudo não só o processo de promoção da escultura na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) mas também a sua repercussão em outros Projetos de Lei, nos discursos proferidos pelos vereadores ao longo dos anos e nas solenidades promovidas pela instituição. Veremos como a imagem da Mãe Preta se consolidou como meio de legitimação de um discurso contrário ao racismo e como símbolo afetivo do período escravista, abordagem que estava dissonante com os estudos sobre a população negra da cidade e as pautas levantadas por diversas entidades e coletivos negros que se colocaram em luta na capital paulista.

Para atingirmos esse objetivo foi necessário estudar a escultura por meio de suas três dimensões, como preconiza Meneses (2003, p. 16): produto do trabalho humano, que nesse contexto se expressa no processo de promoção da escultura na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP); realidade que expressa, onde verificamos como o símbolo da Mãe Preta foi recebido pelos vereadores da casa e qual o seu significado para eles; e ação sobre o social, que se expressa nos Projetos de Lei, discursos e solenidades. Ou seja, partimos da escultura para entender como a Mãe Preta se transformou em ferramenta discursiva e como se deu a sua utilização pelos vereadores da Câmara. Neste estudo foram utilizados as atas e anais da CMSP publicados entre os anos de 1950 e 1980, disponibilizados online pelo Centro de Memória da instituição.[1]

Processo de promoção da escultura

Em quatro de fevereiro de 1953 o vereador Elias Shammas do PSP (Partido Social Democrático) submeteu o Projeto de Lei número 11-53 à CMSP, no qual demandou a inauguração de um busto dedicado à Mãe Preta no Largo do Paissandu, distrito de Santa Ifigênia. A iniciativa foi justificada por ser uma homenagem ao povo de São Paulo, determinando que após 30 dias da promulgação da lei, ocorreria uma concorrência pública por meio da qual seriam escolhidos os dois artistas com as melhores maquetes, que seriam premiados, sendo o primeiro o escolhido para construir o busto no Largo do Paissandu. Para todo o processo abriu-se um crédito especial de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), provenientes do saldo apurado no orçamento do ano de 1952.[2]

A Comissão de Justiça[3] e a Comissão de Educação e Cultura[4] da casa aprovaram o projeto, reconhecendo a falta de homenagens à população afrodescendente na capital paulista, que até aquele momento só contava com o busto de Luiz Gama no Largo do Arouche, instalado no começo dos anos 1930. Ambos citam o Clube 220 como o principal agente para a criação do Projeto de Lei, de-

1 Esta pesquisa de Iniciação Científica foi orientada pela Professora Dra. Marina de Mello e Souza da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Recebeu financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por meio de uma bolsa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2021/13058-3.

2 126ª. Sessão Ordinária. Projeto de Lei n. 11-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, n. 1, 1953.

3 149º Sessão Ordinária. Parecer n. 83-53 da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei n. 11-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 4, 1953, p. 350.

4 175º. Sessão Ordinária. Parecer n.º 28-53 da Comissão de Educação e Cultura sobre o projeto de lei n.º 11-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 11, 1953, p. 140.

nominado como "entidade de âmbito nacional que traduz as aspirações da família de cor de nossa terra".[5] Em 26 de junho de 1953 a Comissão de Finanças também deu sua aprovação.[6]

O projeto foi aprovado no plenário da Câmara em primeira discussão. Porém, quando a proposta foi lançada a uma segunda discussão, o vereador Shammass encontrou resistência entre alguns de seus colegas[7], como o Sr. Bruno Filho, eleito pelo PRP (Partido da Representação Popular). O vereador argumentou que o munícipio estava passando por uma crise financeira naquele momento, e que não convinha desperdiçar o dinheiro público com homenagens. Outros vereadores, como o político Farabulini Júnior do PR (Partido Republicano), rebateram seu argumento alegando que ele fez mal uso do dinheiro público ao usar um automóvel da casa numa viagem ao Rio de Janeiro, e que, portanto, a sua crítica não procedia.

Outro vereador que se opôs à proposta foi Arruda Castanho do Partido Democrata Cristão (PDC), que achou justo dedicarem homenagens à Mãe Preta, mas de outras formas, como por exemplo, por meio do provimento de doações em dinheiro a hospitais que abrigavam cidadãos negros. Alegou que a construção de monumentos era um desperdício do erário[8]. Nas falas a favor da criação do monumento, muito se disse sobre a miscigenação entre as três raças: indígena, africana e europeia, e sobre os sacrifícios impostos à mãe preta. Estes argumentos ficaram evidentes na fala do vereador Gumercindo Fleury do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro):

> Nós somos produto de três raças tristes [...] ainda quando os portugueses, conquistadores da terra pela força do trabalho, após o descobrimento foram verificar que o índio não se prestava, pela sua rebeldia, para construir a nação nova que se erguia, no Novo Mundo, praticamos a infâmia da escravidão e fomos buscar os negros, que foram os artífices maiores da civilização brasileira [...] Como podemos deixar de ser gratos à mãe preta que nos amamentou e nos deu os filhos para que se plantassem o café e os canaviais? A mãe preta que foi, com a mãe branca, o artífice maravilhoso desta pujança que é hoje o Brasil no concerto das nações? Como negar a esse monumento uma miséria de 300 mil cruzeiros para aquela que representa uma raça triste, mas heroica, uma raça que pôs muito de civilização na civilização do novo mundo.[9]

Mesmo com intenso debate, o projeto foi aprovado e seguiu para sanção do Prefeito Jânio Quadros, também membro do PDC. Ele impôs veto ao projeto[10], justificando-o por dois motivos: ausência de suporte financeiro e falta de estrutura para a instalação do monumento no Largo do Paissandu. A demanda retornou à Câmara Municipal, onde o vereador Elias Shammas se mostrou indignado pelo veto do Prefeito. Bruno Filho permaneceu contrário à construção da escultura e o senhor Arruda Castanho sugeriu que se nomeasse Mãe Preta alguma rua da cidade, já que tal inciativa não prejudicaria o orçamento do munícipio[11]. A Comissão de Justiça não acolheu o veto, e acrescentou que não havia fundamento no argumento financeiro do prefeito, já que seria utilizado

5 175º. Sessão Ordinária. Parecer n.º 28-53 da Comissão de Educação e Cultura sobre o projeto de lei n.º 11-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 11, 1953, p. 140.
6 190º Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 15, 1953, p. 82.
7 194º Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 15, 1953, p. 450.
8 194º Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 15, 1953, p. 455.
9 194º Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 15, 1953, p. 454.
10 203º Sessão Ordinária. Ofício A. T. 2.863-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 18, 1953, p. 41.
11 205ª. Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, 1953, v. 18, p. 223.

o que restou do orçamento do ano anterior[12]. Durante a seção de discussão sobre o veto, o vereador Marcos Mélega da UDN (União Democrática Nacional) venerou a figura da mãe preta, defendendo que o monumento se constituiria como homenagem ao trabalho exercido pelos cativos durante anos de escravidão:

> A homenagem prestada à Mãe Preta naturalmente implicaria no pagamento de uma dívida contraída com todos aqueles que vindos como escravos, constituíram a primeira força de trabalho em que repousou nossa economia e com o seu sangue e sua vida contribuíram para o desenvolvimento da Pátria, até os fins do século passado. A homenagem à Mãe Preta seria, uma grande parte, homenagem à própria cultura brasileira, tão impregnada de elementos trazidos pelos cativos africanos.[13]

O veto do Prefeito foi posto em votação, onde 22 vereadores o rejeitaram e 11 o aprovaram. Diante disso, a Lei 4.414 de 1953 é promulgada pelo vereador Cantídio Sampaio do PSP (Partido Social Democrático), mesmo partido do vereador Shammass, e a concorrência para a construção da escultura foi aberta. Nesta mesma seção o vereador Marcos Mélega sugeriu que a inauguração do monumento se realizasse durante os festejos do IV Centenário de São Paulo, que se aproximavam. A escultura foi inaugurada em janeiro de 1955, no fim das comemorações.

É interessante notar nesse momento de discussões e aprovação do projeto, que o argumento mais utilizado por aqueles que defendem a construção do Monumento à Mãe Preta girou em torno da ideia de miscigenação das três raças. Portanto, esta homenagem seria o pagamento de uma dívida à população negra da cidade por seu sacrifício pelos mais de 300 anos de escravidão. A Mãe Preta surge como aquela que doou seu leite ao filho do seu senhor, portanto uma figura que doa não só o seu trabalho, mas também uma parte do seu corpo e de seus filhos à grandeza da nação.

Mãe Preta nos projetos e discursos da CMSP

Antes, após e durante o processo de inauguração da escultura, foi possível perceber a presença do monumento e da figura da Mãe Preta nas falas e discursos proferidos na CMSP. Há menção à personagem na sugestão do vereador Orlando de Almeida Prado do PRP (Partido Republicano Paulista), de nomear como Mãe Preta a avenida que ligaria a Ponte dos Bandeirantes com a Estrada Presidente Dutra, antes mesmo da escultura entrar em discussão, no ano de 1951[14]. Seja para declarar repúdio a atos racistas ou em homenagens ao Dia da Abolição da Escravatura, comemorado em 13 de maio, a figura da Mãe Negra se fez presente.

O Vereador Farabulini Júnior, membro do PRP, que foi a favor da construção do monumento, criou o Projeto de Lei nº 364-53, que propôs a construção do Parque Infantil Mãe Preta, na Praça D. Duarte Leopoldo, em Vila Matilde. O projeto não foi aprovado pelos vereadores, entretanto, temos outro ponto da cidade que homenageia a Mãe Preta: uma praça que fica na Vila Curuçá, zona leste da capital.

12 209ª. Sessão Ordinária. Parecer n.º 300-53 da Comissão de Justiça sôbre o veto total do Senhor Prefeito ao projeto de lei n.º 11-53. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, 1953, v. 19, p. 212.

13 211º. Sessão Ordinária. Requerimento N.º 1376-53: discussão do veto ao Projeto de Lei 11-53. Anais da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, v. 20, p. 63.

14 387ª Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 11, p. 151.

O próprio Vereador Shammass, antes mesmo da escultura ser inaugurada, utilizou a lei que aprovou o monumento como meio de legitimar seu repúdio contra o Clube Atlético Paulistano, que retirou as pessoas negras do seu quadro social e atlético numa ação "antinacionalista, antipática e nazista"[15]. Ele justifica

> Esta Câmara, por sua iniciativa, votou um Projeto que a despeito da má vontade do Sr. Prefeito, se transformou em lei. Trata-se do Monumento à Mãe Preta. Este busto ou este monumento será erguido no Largo Paissandu. Sendo de minha autoria o Projeto é evidente que eu me colasse no plano das raças, nacionalidades e religiões, na mesma posição em que se coloca a totalidade dos brasileiros.

A personagem é relembrada principalmente nas comemorações do Dia das Mães, do 13 de Maio e do dia 28 de Setembro. Os discursos que embalam esses dias reforçam a ideia de uma harmonia racial e um processo abolicionista pacífico:

> ao abolir a escravidão gradativamente, com um mínimo de conflitos, sem provocar as tremendas lutas de que foram palco a América do Norte e que até hoje marcam com profundas cicatrizes a fisionomia social daquele grande país. Aqui o negro liberto se integrou por completo na paisagem humana brasileira, foi e está sendo pacífica e amorosamente assimilado e já contribui com a nota evidente da mestiçagem para caracterizar a nossa singular civilização tropical. O pouco que ainda resta de discriminação, quando, sorrateiramente, desponta, recebe logo o mais franco e pronto repúdio da maioria compacta nação brasileira. [...] Não é nosso intuito, no entanto, relembrá-la agora com o fito de apenas propiciar ensejo para mais algumas tiradas líricas, onde a adorável figura da Mãe Preta ocupa sempre, e merecidamente, o lugar principal.[16]

Ela também é reverenciada em homenagens a outras personalidades como a escritora Carolina Maria de Jesus, com o reconhecimento do seu trabalho pelo Clube 220 que propôs sua eleição como Cidadã Paulistana de 1961 junto à CMSP. Segue a fala do Presidente da Câmara, o vereador Figueiredo Ferraz do PSP, proferida na solenidade

> Por isso Carolina Maria de Jesus, neste dia em que comemoramos o Dia da Mãe Preta, a mãe preta que nos embalou nos anos da meninice e que representava no seu amor tudo aquilo que a raça preta nos deu para formar o Brasil gigante de hoje, temos que lembrar do poeta brasileiro Castro Alves, que em seus versos cantou todo o drama da raça negra que aqui aportava em porões dos navios negreiros, vindo da África longínqua, ao som dos tantãs e dos batuques, contribuir para a grandeza econômica do Brasil de então.[17]

Carolina Maria de Jesus ficou conhecida por sua obra O Quarto de despejo, que foi traduzido para quase vinte línguas. Nela Carolina frequentemente criticava os políticos paulistanos por seu oportunismo na época de eleição, momento em que visitavam a favela do Canindé, onde morava, a fim de conquistarem mais votos. Durante seu discurso a autora não fez nenhuma referência à Mãe Preta, em fala breve fez grande referência ao poder da literatura em sua vida. Esta iniciativa de con-

15 305ª Sessão Ordinária. Expediente. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 13, 1954, p. 35.
16 31ª Sessão Ordinária. Pequeno Expediente. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, n. 2, 1960, p. 56.
17 38ª Sessão Especial. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, n. 3, 1961, p. 34.

ceder-lhe o título de cidadã paulistana veio do vereador Ítalo Fittipaldi do PSP juntamente com o Clube 220, que entrou com um abaixo-assinado de mais de cinco mil assinaturas.

Como demonstra Silva (2011, p. 194), além da cerimônia de entrega houve também uma missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e em seguida a colocação de diversos ramalhetes de flores na escultura da Mãe Preta. Ou seja, a união da autora com a figura da Mãe Preta, já revelada no discurso do vereador e no dia 28 de setembro escolhido para cerimônia, quando se comemora o Dia da Mãe Preta em ocasião do advento da Lei do Ventre Livre, também se concretizou materialmente ao se dispor flores na escultura. Entretanto, como vimos por sua fala, ela não se mostrou conectada com a referência.

Na comemoração aos 80 anos da Abolição da Escravidão comemorados em 1968, o vereador João Carlos Meirelles do PDC (Partido Democrata Cristão) promoveu uma comemoração na CMSP. Nela estiveram presentes líderes políticos, oficiais do exército e o poeta negro Eduardo de Oliveira, representante da União Brasileira de Escritores de São Paulo. Em discurso, Meirelles cita a Mãe Preta

> ainda hoje, pela manhã, no Largo do Paissandu fizemos - o culto, a homenagem à mãe negra, esta imensa figura na história deste país. E, como dizíamos hoje pela manhã, quem não tem na sua vida uma mãe negra, que o carregou ao colo quando pequeno, que dêle cuidou na sua infância, que representa uma imagem viva e permanente em sua vida? Quem não tem um sentimento de carinho profundo pela mãe negra?[18]

Como vemos, além da afetividade que cerca a Mãe Preta nos discursos, temos mais uma vez uma ligação com a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que foi palco de manifestações religiosas ligadas à CMSP. No mais, temos um contexto de ditadura civil militar, regime que promulgou meses depois o Ato Institucional nº 5, responsável por uma série de ações arbitrárias contra aqueles que se colocassem contra o regime vigente.

Em todas as menções a figura da Mãe Negra se mostra como a materialização do antirracismo assumido pela CMSP, geralmente carregado por forte apelo emocional, como vemos a seguir na fala do Vereador Oliveira Laet, filiado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

> ela também nos deu tudo aquilo que de melhor nos poderia dar: o seu leite! O seu leite do qual muitos de nós, nossos pais e nossos avós se nutriram. O seu leite generoso, leite que muitas vezes faltava a seus filhos verdadeiros! Nossa homenagem, pois, a ela que "para amamentar filhos alheios, deu em holocausto à Pátria, os próprios seios".[19]

Ao continuar a sua fala, em homenagem ao Dia da Abolição da Escravidão, o vereador fortalece a ideia de democracia racial, e compara nosso país à África do Sul e aos Estados Unidos:

> Voltai vossos olhos para a África do Sul; olhai para a grande nação do norte. E comparai. E vede se nos falta liberdade. Olhai, senhores, o que sofrem nossos irmãos de tez escura naqueles países onde ainda se prega e se mantém a segregação racial. E olhai que felizmente, graças a

18 124ª Sessão Especial. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 1, 1968, p. 47.

19 3ª Sessão Especial. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 1, 1969, p. 54.

> Deus, nessa terra, felizmente, não fazemos diferença entre homens de tez escura, de tez amarela, branca ou vermelha.[20]

A figura da Mãe Negra assume um ar romântico no discurso do político, como alguém que se sacrificou para alimentar aqueles que seriam os grandes responsáveis pelo crescimento da cidade e do país. Quando lemos integralmente a fala do vereador proferida na sessão, vemos que a Mãe Preta foi utilizada para fortalecer a ideia de democracia racial.

Anos depois, foi celebrado o 85º Aniversário da abolição da escravidão, onde estiveram presentes líderes políticos, militares e representantes de agremiações negras, como o Sr. Frederico Penteado Júnior, diretor do Clube 220. Na cerimônia a Dra. Iracema de Almeida, primeira médica negra formada pela Escola Paulista de Medicina nos anos 1930, foi premiada com a Medalha Anchieta, e cita a Mãe Preta em seu discurso

> A mãe negra já pensava no direito humano de ser mãe, do direito de ser fecundada pelo homem que amava, do direito de parir com a certeza da continuidade de uma herança familiar, com o orgulho de dar um lar para seus filhos. Quatro séculos tinham se passado, em todo esse tempo todas essas longas horas tinham sublimado todos os sentimentos que aureolam o ser humano, Direito de ser mãe, filha, irmã... Mulher.[21]

É a primeira vez que temos uma mulher negra citando a Mãe Preta. Vejam que a Dra. Iracema de Almeida deu um novo lugar à figura, a retratou como alguém que procurou garantir a continuidade da sua herança. Em nenhum momento houve referência à criança branca que gozou de seus cuidados, tão constante nos discursos anteriores. Também não encontramos qualquer referência às violências sofridas pela personagem que, além de sofrer pelos castigos impostos ao seu companheiro e filhos, tinha sua maternidade restrita, estava em constante vigilância e sofria com frequência abusos sexuais por parte do seu senhor (TELLES, 2018). Trapp (2018, p. 93) relata que a médica era uma importante líder política nos anos 1970, e tentou uma vaga como vereadora em 1968. Como líder do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros, atuou no combate ao racismo apostando na profissionalização da comunidade negra.

Para encerrar a análise dos discursos feitos na CMSP, temos a fala de Benedito Cintra do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) na 380ª Sessão Ordinária realizada em 14 de maio de 1980. Nela, ele relata que, dias antes, em celebração ao 13 de maio, houve uma cerimônia de comemoração à efeméride defronte ao monumento à Mãe Preta. Na ocasião, o Movimento Negro Unificado (MNU) promoveu um protesto contra o racismo e a ideia de democracia racial, muito frequente nos discursos até aqui explorados, e frequentemente pregada pelo governo militar. O MNU proclamou a data como Dia Nacional da Denúncia ao Racismo e à Discriminação, já que muitos racistas não tinham sua prisão decretada, o que era previsto desde 1951 com a promulgação da Lei Afonso Arinos, e a população negra via seu direito ao trabalho muitas vezes negado. Ao encerrar o vereador declarou que o MNU buscava uma democracia racial legítima e proclamava uma nova efeméride: o dia 20 de

20 3ª Sessão Especial. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 1, 1969, p. 54.
21 2ª Sessão Especial. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 1, 1973, p. 1.

novembro em celebração à luta de Zumbi dos Palmares[22].

O vereador David Roysen, que não tinha partido nessa vereança, na mesma sessão se colocou em oposição ao discurso do colega e em defesa à celebração do 13 de maio ocorrida no Paissandu. Roysen alegou que o discurso de Cintra teve um caráter demagógico, e alegou que o MNU tinha como interesse se integrar à uma "esquerdinha festiva" além de participar de manifestações de "apaniguamento do terror, urbano e rural". Defendeu que a classe negra participava naquele momento de toda a vida nacional, portanto não havia discriminação, e encerrou dizendo que o Monumento à Mãe Preta foi uma homenagem exemplar da CMSP[23].

Paulina L. Alberto (2014, p. 395) relatou essa iniciativa do MNU, grupo visto como a nova geração do movimento negro, que atuou em contraste com o que vimos nos discursos dos vereadores e com o que parte da população negra paulistana acreditava. A Mãe Preta enquanto símbolo, segundo a autora, estava se diluindo enquanto imagem personificada de relação afetiva inter-racial a partir dos anos 1940, quando estudos sociológicos, como o que foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), começaram a surgir e fomentaram a "ideia moderna de agência e subjetividade negra que acompanhava as suas próprias reinvindicações por um direito ao Direito" (ALBERTO, 2014, p. 388). Nesse estudo proposto pela UNESCO e organizado por Alfred Métraux (1902-1963), foram estabelecidas ligações com acadêmicos em Salvador, como o sociólogo Thales de Azevedo (1904-1995), e em São Paulo, com o sociólogo Roger Bastide (1898-1974), que atuava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (MAIO, 1998, p. 6).

Portanto, enquanto os vereadores e uma parte da população negra, representada pelo Clube 220 e seu líder Frederico Penteado Júnior, faziam amplo uso da figura da Mãe Preta para fortalecer a retórica da democracia racial, uma parte da população negra, representada neste caso pelo MNU mas também por autores como Lélia Gonzales (1984, p. 235), debatiam a figura da Mãe Preta como algo que fortalecia a falsa ideia de democracia racial e impediam o avanço de sua reinvindicações.

Entender a Mãe Preta enquanto símbolo, mobilizado nos diferentes discursos, se tornou fundamental para nós durante a análise desta documentação. O historiador francês Raoul Girardet (1917-2013) nos auxiliou a compreender a origem e permanência desses mitos políticos. Segundo ele, uma possibilidade de encarar esse símbolo, é entendendo-o como uma narrativa que se refere ao passado, mas que explica questões existentes no presente (GIRARDET, 1987, p. 12). Até aquele momento, a cidade de São Paulo só tinha o busto do Luís Gama no Largo do Arouche, construído nos anos 1930. Essa carência de representação, poderia justificar a iniciativa do Clube 220 e do vereador Elias Shammas ao trazerem uma possibilidade de homenagem à figura da Mãe Preta, já colocada como um dos símbolos de memória do negro na cidade desde os anos 1920 (ALBERTO, 2014, pág. 380). Nesse contexto tivemos também a promulgação da Lei Afonso Arinos em 1951, que criminalizou atos racistas, o que contribuiu para o destaque das questões raciais no meio público brasileiro (CAMPOS, 2015, p. 289).

Ele ainda complementa dizendo que são "nos períodos críticos que os mitos políticos se afirmam com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atra-

22 380.ª Sessão Ordinária. Anais da Câmara Municipal, São Paulo, v. 1, 1980, p. 123.
23 Idem

ção" (GIRARDET, 1987, p. 114). Como verificamos, o uso da Mãe Preta nos discursos se deu com mais intensidade a partir dos anos 1960, durante o período da ditadura civil militar. Ou seja, momento em que os movimentos negros sofreram forte repressão, como relatam Silva & Silva (2016, p. 7), principalmente a partir de 1968 com o AI- 5, enquanto o Estado celebrava a democracia racial que fazia do país um local cordial e festivo.

O último discurso analisado, onde o vereador Cintra relatou uma atitude combativa do MNU, o qual questionou o significado do 13 de maio que proclamava uma celebração afetiva num momento em que a discriminação racial era muito latente, ocorreu após 1978, momento de queda do AI-5. Nesse contexto, o movimento negro tinha abertura para se manifestar publicamente, questionando não só o 13 de maio como também a própria imagem da Mãe Preta como um símbolo afetivo. O 20 de novembro surgiu nesse momento portanto, como uma nova efeméride de celebração da população negra no país, em comemoração à luta de Zumbi dos Palmares. A partir dos anos 1990, após a redemocratização, a Mãe Preta foi perdendo força, sendo raramente citada em discursos da CMSP.

Considerações finais

Diante dos trechos expostos neste artigo, vimos que a Mãe Preta se materializou no bronze e nas falas de agentes políticos da cidade. Verificamos que ainda no momento de sua promoção na CMSP ela trazia um aspecto afetivo do período escravista, a contribuição das amas de leite para a formação daqueles que se constituíram em líderes nacionais. Tais declarações, além de possuírem característica fortemente elitista, também omitiram uma série de violências sofridas por essas mulheres, como a restrição da sua própria maternidade e abusos sexuais.

Tais discursos foram proferidos em um ambiente dominado por homens brancos, ou seja, pessoas que não vivenciavam cotidianamente episódios racistas e, portanto, estavam reproduzindo o discurso dominante de democracia racial. A imagem de abolição da escravidão e emancipação do negro promovida pela Casa tinha um viés pacífico e cordial, onde o negro foi inserido totalmente na vida social e econômica do país. Algo que estava distante da realidade, já que mesmo com a Lei Afonso Arinos os episódios de racismo persistiam, e a população negra não convivia nos mesmos espaços e nem cumpria as mesmas funções profissionais que os brancos, fora as raras exceções (BASTIDE & FERNANDES, 2018). No período da ditadura militar isso se intensificou, já que a sociedade era a mesma, mas as possibilidades de denúncia e protesto foram silenciadas. A manifestação do MNU em um momento de queda do AI-5 comprova isso.

Portanto, esses políticos, ao fazerem uso de uma figura do passado, tentaram promover uma coesão social, aperfeiçoando a imagem de uma nação não racista e cordial. Tal postura convergiu com o modelo político-social imposto pelo regime militar vigente. A criação do Monumento à Mãe Preta e seu uso nos discursos tiveram o objetivo de afirmar uma igualdade racial que não fazia mais sentido dentro da cidade, e o protesto do MNU num momento em que os movimentos negros conseguiam defender suas pautas, veio no sentido de problematizar essa memória não só diante das autoridades, mas também diante de grupos negros que viam na figura da ama de leite uma imagem

de coesão racial.

O monumento estudado predominou por muito tempo no cenário paulistano como a única escultura que homenageava uma mulher negra em São Paulo (CANECO & MOREIRA, 2020). Recentemente, foram inaugurados novos monumentos em homenagem a elas, como a instalada em julho deste ano na Praça Júlio César Campos, em Parelheiros, zona sul da capital, em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus[24]. Novas homenagens rendem novos debates nesse que é um período de contestação de diversos monumentos. Assim como o monumento à Mãe Preta rendeu discursos e cerimônias, essas novas esculturas também promoverão novas discussões sobre o papel da população negra na cidade.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Paulina L. A Mãe Preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio (org.). **Política de raça: experiências e legados da abolição e da pós- emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Global, 2018.

CAMPOS, Walter de Oliveira. Discriminação racial e imprensa no início dos anos 1950: um retrato da Lei Afonso Arinos em sua concepção e nascimento. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 283-304. Disponível em: < http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/460/793>. Acesso em: 28 set. de 2022.

CANECO, Cássia; MOREIRA, Felipe et al. Q**uais Histórias as cidades nos contam? A presença negra nos espaços públicos de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais da ANPOCS**, São Paulo, 1984.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Anais do 22º Encontro Anual da ANPOCS**, São Paulo, 1998. Disponível em: < https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14/5116-mcmaio-o-projeto/file>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, pág. 11-36, 2003.

24 G1 SP e SP1. Estátua de escritora Carolina Maria de Jesus é inaugurada em SP. G1 São Paulo, 28 de julho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/28/estatua-de-escritora-carolina-maria-de-jesus--e-inaugurada-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 30 set. de 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?lang=pt&-format=pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil** (1960-2000). Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Tairane Ribeiro da; SILVA, Gabriel Ribeiro da. Somos todos miscigenados? O mito da democracia racial imposta no período da ditadura civil-militar no brasil. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: < https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/10568>. Acesso em: 26 de set. de 2022.

TELLES, Lorena. Amas de leite. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRAP, Rafael Petry. "Nós somos brasileiros vivos": Iracema de Almeida, raça e educação profissional em São Paulo (década de 1970). **Revista do Coletivo Seconba**, v. 2, n.1, 2018. Disponível em: < https://www.revistas.uneb.br/index.php/seconba/article/view/5476>. Acesso em: 25 de set. de 2022.